



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2011 (do Sr. Fernando Francischini)

Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo sobre os processos de autorização de funcionamento e concessão de título de utilidade pública federal das instituições que abaixo relaciona.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do art. 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados combinado com o § 2º do art. 50 de nossa Carta Magna, seja solicitado informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para encaminhar a esta Casa de Leis cópias integrais dos procedimentos administrativos que concederam autorização de funcionamento e título de utilidade pública federal para as instituições que abaixo relaciona.

- ONG Cata-Vento Juventude e Cidadania – (CNPJ: 03.049.051/0001-04)
- Confederação Nacional dos Evangélicos – CONAE – (CNPJ: 05.400.024/0001-51)
- Federação Brasiliense de Kung-fu – FEBRAK – (CNPJ: 01.549.568/0001-29)
- Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do DF – FETRACON – (CNPJ: 01.635.580/0001-56)
- Fundação Pró Cerrado – (CNPJ: 86.819.323/0001-27)

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme temos observado diariamente em diversos jornais, é cada vez mais corriqueira a participação de ONG's em esquema de desvio de dinheiro público. A cada hora observamos um novo escândalo.

O que mais incomoda é o fato de vermos sempre algum homem público por traz de assustadores esquemas para desviarem as verbas que deveriam atender populações mais carentes.

No último caso que veio à tona, começado com o Ministério do Esporte, que resultou ainda na demissão do chefe daquela pasta, tem agora também o Ministério do Trabalho e Emprego, que, não deixando por menos, estão também envolvidos em possíveis casos de malversação de dinheiro público.

Diante de tamanhas irregularidades que hoje assombram o Palácio do Planalto, nada mais justo que esta Casa de Leis, que tem por escopo fiscalizar os atos do poder executivo, ter as informações que ora requeremos, a fim de vermos de verdade quem esta por traz de tamanhos escândalos que cada vez mais estão enfraquecendo nossa República.

Por todo o exposto, solicito aos nobres pares que apoiem essa iniciativa, para mais uma vez cumprimos com nossas atribuições constitucionais de fiscalizar os atos do Poder executivo.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR